



UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE  
CENTRO DE HUMANIDADES  
UNIDADE ACADÊMICA DE GEOGRAFIA  
ESPECIALIZAÇÃO EM ANÁLISE REGIONAL E ENSINO DE  
GEOGRAFIA

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

**NOVAS DINÂMICAS NA (RE)PRODUÇÃO DO ESPAÇO GEOGRÁFICO: O  
CASO DO ENTORNO DO AÇUDE DE BODOCONGÓ, CAMPINA GRANDE/PB**

HELENA MARIA DA CONCEIÇÃO DE ARAÚJO

UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE  
CENTRO DE HUMANIDADES  
UNIDADE ACADÊMICA DE GEOGRAFIA  
ESPECIALIZAÇÃO EM ANÁLISE REGIONAL E ENSINO DE GEOGRAFIA

HELENA MARIA DA CONCEIÇÃO DE ARAÚJO

**NOVAS DINÂMICAS NA (RE)PRODUÇÃO DO ESPAÇO GEOGRÁFICO: O  
CASO DO ENTORNO DO AÇUDE DE BODOCONGÓ, CAMPINA GRANDE/PB**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Programa de Pós Graduação em Análise Regional e Ensino de Geografia, como parte dos requisitos necessários à conclusão do curso de Especialização em Análise Regional e Ensino de Geografia.

Orientador: Sérgio Murilo Santos de Araújo

CAMPINA GRANDE/ PB

NOVEMBRO, 2017.

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL DA UFCG

A663n Araújo, Helena Maria da Conceição de.  
Novas dinâmicas na (re)produção do espaço geográfico: o caso do entorno do açude de Bodocongó, Campina Grande/PB / Helena Maria da Conceição de Araújo. – Campina Grande, 2017.  
30 f. : il. color.

Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Análise Regional e Ensino de Geografia) – Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Humanidades, 2017.

"Orientação: Prof. Dr. Sérgio Murilo Santos de Araújo".

Referências.

1. Urbanização. 2. Organização Espacial. 3. Espaço geográfico. 4. Açude de Bodocongó – Campina Grande (PB). I. Araújo, Sérgio Murilo Santos de. II. Título.

CDU 911.375.1 (043)

HELENA MARIA DA CONCEIÇÃO DE ARAÚJO

**NOVAS DINÂMICAS NA (RE)PRODUÇÃO DO ESPAÇO GEOGRÁFICO: O  
CASO DO ENTORNO DO AÇUDE DE BODOCONGÓ, CAMPINA GRANDE/PB**

**Trabalho de Conclusão de Curso aprovado em: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_**

---

Prof. Dr. Sérgio Murilo Santos de Araújo

---

Prof. Sérgio Luiz Malta de Azevedo

---

Prof. Luiz Eugênio Pereira Carvalho

2017

# NOVAS DINÂMICAS NA (RE)PRODUÇÃO DO ESPAÇO GEOGRÁFICO: O CASO DO ENTORNO DO AÇUDE DE BODOCONGÓ, CAMPINA GRANDE/PB

## RESUMO

O processo de (re)produção do espaço dá-se baseado em contradições que se manifestam na produção coletiva, tornando-o uma construção social, envolvendo a sociedade em sua diversidade, ritmo e necessidades. O presente trabalho tem por *escopo refletir acerca da produção do espaço e o processo de organização espacial no entorno do açude de Bodocongó em Campina Grande/PB*, analisando quais agentes são responsáveis na nova dinâmica da produção do espaço, as estratégias do capital imobiliário e papel do Estado. A mesma consiste em pesquisa bibliográfica com abordagem qualitativa, apresentando resultados em relação à análise espacial, quando se trata dos impactos que a urbanização do açude vem a trazer a população local.

**Palavras-chave:** Urbanização; Organização espacial; agentes.

## ABSTRACT

The process of (re) production of space is based on contradictions manifested in collective production, making it a social construction, involving society in its diversity, rhythm and needs. The present work aims to reflect on the production of space and the process of spatial organization around the Bodocongó dam in Campina Grande / PB, analyzing which agents are responsible in the new dynamics of space production, the strategies of real estate capital and paper of the state. It consists of bibliographical a qualitative approach, presenting a result in relation to the spatial analysis, when it comes to the impacts that the urbanization of the dam brings to the local population.

**Keywords:** Urbanization; Spatial organization; agents.

## 1. INTRODUÇÃO

O espaço analisado por diversas ciências e, muitas vezes, pouco conceituado em sua efetividade e influência, tempos atrás, permitia a construção inumerável de caracterizações, por diferentes olhares e descrições, que não atendem aos paradigmas da sociedade atual. Para a melhor compreensão do espaço, é imprescindível a mensuração do papel dos agentes de (re)produção, pois são estes que proporcionam o crescimento das cidades, “[...] as ações de determinados integrantes da sociedade orientam direta ou indiretamente o uso do solo e moldam a forma espacial da aglomeração urbana. São conhecidos como agentes modeladores do solo urbano” (FURLANETTO et al., 1987, p.27). O processo de (re)produção do espaço se dá baseado em contradições que se manifestam na produção coletiva, tornando-o uma construção social, envolvendo a sociedade em sua diversidade, ritmo e necessidades.

O presente trabalho tem por escopo refletir acerca da produção do espaço e o processo de organização espacial no entorno do açude de Bodocongó, localizado na área urbana do município de Campina Grande/PB, na mesorregião do Agreste Paraibano, zona oriental do Planalto da Borborema, na bacia do Médio Paraíba; com latitude sul de 07° 13’ 50” e longitude oeste de 35° 52’ 52”.

A análise bibliográfica se pautou em livros, artigos e sites com dados históricos sobre o Açude de Bodocongó, Campina Grande-PB. Dentre as obras utilizadas vale destacar: Corrêa (1999, 2000); Harvey (2005); Bajasas (2006); Medeiros et al. (2012); Lima e Tuma (2013); Ueda (2016); Bernardo et al. (2016); e Queiroz (2016), ainda, foi realizada uma análise espacial que resultou em registros fotográficos.

Objetiva-se mensurar quais agentes que atuam na nova dinâmica da produção e organização do espaço, as estratégias do capital imobiliário e papel do Estado emergindo como problemática dessa pesquisa. Para tanto, o referido trabalho tomou como alicerce textos científicos relacionados ao objetivo da pesquisa, vale ressaltar que foi realizada a pesquisa bibliográfica com o recorte temporal do início da construção do espaço geográfico de estudo (por volta de 1917) a agosto de 2017, incluindo algumas obras clássicas e em seguida, captura de imagem in loco.

Todavia, a apropriação do espaço é privada, pertencendo mais a uns que a outros, desconsiderando a sociabilidade e a gestão igualitária, vendo isso, a cidade adquire valor de troca imposto ao valor de uso. Assim, de que maneira o solo urbano é uma mercadoria? O espaço apresenta aspectos valorativos de uma construção social? O agente imobiliário e o estado conseguem modificar a dinâmica do espaço urbano, de modo que se beneficie a todos?

A sociedade, por sua vez, ocupa o espaço urbano gerando, dessa forma, diferentes tipos de urbanização e uso do solo? Dados os questionamentos parte-se que a sociedade se materializa no espaço e imprime nele - num processo ininterrupto, com ritmos distintos - suas marcas e seus traços, num processo dialético onde a sociedade produz o espaço e nele se reproduz.

## **2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**

### *2.1 O Espaço na Dinâmica Urbana*

A respeito da evolução do conceito de espaço, percebe-se que surgiram novas exigências a respeito da interpretação e conceituação, afastando-se da estrutura pouco definitiva de todas as ciências que o definem e debruçando-se a uma definição precisa, concreta e mais contemporânea, devido aos novos questionamentos da organização espacial, principalmente do urbano. Lefebvre (2006) já demonstrava a preocupação de uma definição exata do conceito socialmente construído:

[...] o espaço estava incontestavelmente “na moda”: espaço disto, espaço daquilo (espaço pictórico, escultural, até musical); mas a imensa maioria das pessoas e do público só entendiam por essa palavra, o Espaço (maiúsculo) carregado de conotações novas e singulares, as distâncias cósmicas. Tradicionalmente, o termo não evocava senão os matemáticos, a geometria (euclidiana) e seus teoremas, portanto uma abstração: um recipiente sem conteúdo. Na filosofia? Com frequência, o espaço era desdenhado, tratado como uma “categoria” entre outras [...] Às vezes, era carregado de todas as ilusões e de todos os erros: desviando a interioridade de “si”, o desejo e a ação, para o exterior, portanto, a vida psicológica para fora e para o inerte, espedaçante e espedaçado (com e como a linguagem: Bergson). Quanto às ciências que dele se ocupavam, elas o repartiam, o espaço se fragmentando segundo postulados metodológicos simplificados: o geográfico, o sociológico, o histórico etc. No melhor dos casos, o espaço passava por um meio vazio, recipiente indiferente ao conteúdo, mas definido segundo certos critérios inexprimidos: absoluto, ótico-geométrico, euclidiano-cartesiano-newtoniano. (LEFEBVRE, 2006, p. 03).

A ciência geográfica tem como objetividade o estudo desse elemento. Lefebvre (1974, p.34) em sua obra “A produção do Espaço” afirma que:

Do espaço não se pode dizer que seja um produto como qualquer outro, um objeto ou uma soma de objetos, uma coisa ou uma coleção de coisas, uma mercadoria ou um conjunto de mercadorias. Não se pode dizer que seja simplesmente um instrumento, o mais importante de todos os instrumentos, o pressuposto de toda produção e de todo o intercâmbio. Estaria essencialmente vinculado com a reprodução das relações (sociais) de produção (LEFEBVRE, 1974, p. 34).

Todavia, Carlos, sobre a evolução do conceito espaço para a Geografia, assevera que: “é assim que da simples constatação da localização das coisas no espaço passa-se à descoberta da ‘organização do espaço’ pelos grupos humanos e, desta elaboração, para a ideia de que a sociedade produz seu próprio espaço” (2011, p. 59). Os questionamentos ao longo do processo de construção do referido conceito emergem, Gottdiener (2010, p. 28) contribui com a seguinte perspectiva:

(...) por que hoje o espaço ganha cada vez mais importância? O que significam relações espaciais ou territoriais na sociedade? Como se produzem as formas contemporâneas do espaço de assentamento? Como podemos entender a forma desconcentrada contemporânea? Qual é a relação entre espaço e luta de classes, entre economia e espaço, entre Estado e espaço? Em que ponto a ciência urbana falha, e em que ponto ela se revela uma ideologia? Em que sentido são analogamente limitadas as abordagens marxistas? Finalmente, como podemos especificar a articulação de atividades sociais, políticas e econômicas com o espaço, de modo a apreender os padrões de distribuição que produzem o meio ambiente em que devemos viver? (GOTTDIENER, 2010, p. 28).

A antiga percepção do espaço como elemento físico, um vácuo, vazio e receptáculo (SMITH, 1988, p. 109) perde a eficácia, visto as novas transformações contemporâneas adotam a visão de vê-lo um sujeito e ação, condição e reação no processo de sua (re) produção no movimento da sociedade, pelas transformações em curso, adquirindo, desse modo, um caráter social, certo de que a sociedade se torna concreta através de seu espaço e o espaço se organiza de acordo com as ações sociais (CASTRO et al, 2014).

Santos, afirma que o espaço deve ser considerado um “conjunto indissociável de que, por um lado, participam certo arranjo de objetos geográficos, objetos naturais e objetos sociais e, de outro, a vida que os preenche e os anima, ou se já sociedade em movimento” (2014, p. 30). Ainda diz que a sociedade seria o ser e o espaço o movimento e o essencial do movimento se deve a urbanização (SANTOS, 2014, p. 45).



Analisando o processo de (re)produção social do espaço urbano ao longo da história, nota-se que este adquire valor, que “[...] ele se vende, se compra; ele tem valor de troca e valor de uso” (LEFEBVRE, 2006, p. 05). O espaço de indústrias, comércio, política, estratégia etc, ou seja, o que produz bens de consumo direto e indireto, metamorfoseando-se também em mercadoria – já que emerge valor de troca e uso pelo capital – e implica nas dinâmicas sociais cotidianas e no espaço vivido. O espaço- mercadoria circula em diferentes velocidades de tempo e localidades, torna-se propriedade de atores hegemônicos, quantificação de produção e pedaço comercializado fragmentadamente a reprodução da vida cotidiana.

O espaço, nessa perspectiva, constitui-se como sujeito e objeto, produto e produtor, mediador e meio; que participa como produto social e histórico e que presenciou conflitos e lutas a partir do momento que é aferido valor de troca e uso em seu processo produtivo. Eis o que é espaço urbano: fragmentado e articulado, reflexo e condicionante social, um conjunto de símbolos e campo de lutas. É assim a própria sociedade em uma de suas dimensões, aquela mais aparente, materializada nas formas espaciais (CORRÊA, 1989, p.1). A cidade como espaço materializado, que simultaneamente representa a forma e processo de (re)produção de um sistema específico, no caso o capitalista, portanto, a cidade é a apropriação do espaço urbano produzido, sendo

Um produto concreto, a cidade, o campo, o território - nessa perspectiva o espaço, enquanto dimensão real que cabe intuir - colocam-se como elementos visíveis, representação de relações sociais reais que a sociedade é capaz de criar em cada momento do seu processo de desenvolvimento. Consequentemente, essa forma apresenta-se como história, especificamente determinada, logo concreta (CARLOS, 2007, 28).

O espaço geográfico permite que o observador analise as transformações ocorridas, tendo em vista que carrega um materialismo histórico em cada elemento presente, seja nas novas organizações e sistemas fixos que é apresentado. Um dos fatores influenciadores das mudanças espaciais, principalmente o urbano, são as camadas sociais que usufruem desse espaço.

A grande cidade capitalista é o lugar privilegiado de ocorrência de uma série de processos sociais, entre os quais há acumulação de capital e a reprodução social tem importância básica. Estes processos criam funções e formas espaciais, ou seja, criam atividades e suas materializações, cuja distribuição espacial constitui a própria organização espacial urbana (CORRÊA, 1989, p.5).

O sistema irá ditar as regras para o crescimento urbano, e o processo é realizado de acordo com as condições econômico- políticos- sociais que atendam as demandas de habitação, de

produção, de serviços etc. No processo de formação do espaço há um inerente dimensão política que leva a diferentes formas de controle sobre o espaço (CASTRO et al,2014, p. 37).

Ainda sobre o processo de organização espacial,

No processo de organização de seu espaço o Homem age seletivamente. Decide sobre determinado lugar segundo este apresente atributos julgados de interesse de acordo com os diversos projetos estabelecidos. A fertilidade do solo, um sítio defensivo, a proximidade da matéria-prima, o acesso ao mercado consumidor ou a presença de um porto, de uma força de trabalho não qualificada e sindicalmente pouco ativa, são alguns dos atributos que podem levar a localizações seletivas. (Castro et al.,2014, p. 36).

A produção do espaço ocorre de acordo com as necessidades da população atendendo a determinados interesses, podendo ser privados, públicos e coletivos. Nessa perspectiva, Corrêa provoca a reflexão: “quem são os agentes sociais da produção do espaço? [...] Qual a importância, no momento atual, desses agentes sociais na produção do espaço? Será a mesma nas diferentes áreas do espaço intraurbano?” (2011, p.44).

## 2.2 Os Agentes Atuantes na Produção Socioeconômica no Espaço Urbano

Quando se trata do espaço urbano a organização espacial é planejada com alternativas a fim de facilitar a produção capitalista, “De modo mais apropriado, dever-se-ia considerar a urbanização um processo social especialmente fundamentado, no qual um amplo leque de atores, com objetivos e compromissos diversos, interagem por meio de uma configuração específica de práticas especiais entrelaçadas” (HARVEY, 2005, p.169-170). Lima e Tuma (2013) afirma que:

O espaço urbano é um produto social onde nele atuam diversos atores que produzem e modelam o espaço. A sua transformação dinâmica requer um planejamento, que vise proporcionar o crescimento sustentável das cidades, equilíbrio ambiental e condições de vida favorável às populações. O planejamento é uma importante ferramenta na análise integrada de dados espaciais para (re)ordenamento, gestão das cidades e na identificação das áreas passíveis de intervenção (LIMA e TUMA, 2013, p.289).

As mudanças ocorridas no espaço urbano socialmente produzido muitas vezes atendem aos interesses de um capital privado e obedecem tendências, como nos afirma Barajas, “*El capital privado estimula un desarrollo urbano selectivo tanto en la promoción de vivienda como en las propuestas de creación de equipamientos comerciales y culturales que siguen la moda internacional*” (BARAJAS, 2006, p. 135). Ou seja, obedece a uma lógica capitalista global, que dita como e quando ocorrerá, sendo que, “o sistema capitalista é,

portanto, muito dinâmico e inevitavelmente expansível; esse sistema cria uma força permanentemente revolucionária, que, incessante e constantemente, reforma do mundo em que vivemos” (HARVEY, 2005, p. 43).

O solo urbano configura-se como um elemento atrativo de interesse dos agentes sociais – (i)legais, isolados, articulados, com elevado poder aquisitivo ou mediano – que pode investir mesmo antes do alvo do investimento não apreende valorização no momento. Com isso, a produção do espaço adquire-se a partir de um conteúdo sócio político, partindo da perspectiva que o espaço é moldado pelos diversos grupos que compõem a sociedade expondo os interesses múltiplo. O espaço (re)produzido torna-se, assim, um local reprodução de lutas sociais, conflitos econômicos e instrumento de poder e controle.

Corrêa (2011, p. 43) afirma que a “produção social do espaço urbano reflete a ação de agentes sociais concretos, históricos, dotados de interesses, estratégias e práticas espaciais próprias, portadores de contradições e geradores de conflitos entre eles mesmos e com outros segmentos da sociedade”. As ações desses agentes não apresentam caráter homogêneo e estáticas, variando espaço-temporalmente.

Em detrimento às novas dinâmicas na organização do espaço atendendo a uma demanda de determinada parcela da população, os agentes se deparam com variáveis já existentes - a especulação do preço da terra (solo urbano), poluição de recursos naturais, aumento dos índices de violência e desemprego, precariedade de serviços públicos da cidade – e buscam alternativas nesse quadro, procurando a aquisição de novas terras, normalmente no interior ou periféricas da cidade, visto que a centralização do capital se torna inviável, e com isso implica no processo de urbanização no aumento do preço da terra e na modificação da morfologia da cidade.

Com o processo de descentralização da atuação dos agentes sociais, emergem novas dinâmicas em áreas industriais, áreas deterioradas são capturadas e revalorizadas fomentando a especulação imobiliária. Espaços antes sem valoração urbana adquirem nova roupagem e significância junto às camadas sociais e capital imobiliário, surgindo novos bairros residenciais modernos, conjuntos habitacionais periféricos. Configurando-se, nitidamente, a intensificação de processos de segregação e auto segregação dos espaços.

Do processo de organizações espaciais é notável a presença de novos agentes sociais, são os empresários e prestadores de serviços privados, que detém novos hábitos e valores,

modificam aos poucos a dinâmica do espaço, afetando o conteúdo do lugar, os elementos da paisagem, redefinindo as funções e reposicionando as camadas sociais – ocasionando uma hierarquia dos espaços. O solo urbano é valorizado, o espaço modernizado e fragmentado em mosaicos que, simultaneamente se completam e se repelem.

O acúmulo de capital advindo da produção industrial, faz com que este se renove e expanda suas influências, sendo uma ocorrência totalmente geográfica que, “sem as possibilidades inerentes da expansão geográfica, da reorganização espacial e do desenvolvimento geográfico, o capitalismo, há muito tempo, teria deixado de funcionar como sistema econômico político” (HARVEY, 2005, p. 193). E atualmente, se emprega no setor imobiliário, como nos diz Carlos (2008):

A cidade é uma mercadoria consumida de acordo com as leis da reprodução do capital. O processo da cidade tem por característica fundamental produzir o que é fruto do processo social de trabalho, enquanto processo de valorização, que aparece sob a forma de mercadoria, que se realiza através do mercado; isto é, a terra urbana é comprada e vendida no mercado imobiliário enquanto mercadoria. (2008, p.28).

O papel do Estado, frente a essa realidade de crescimento exacerbado do capital imobiliário é de mediador dos interesses (público/ privado), ou seja, o de agente de implantação de políticas públicas que assegurem a comodidade e desenvolvimento de todas as parcelas da população no espaço urbano, assim, Sanchez (2011) defende em suas obras que: “novos arranjos econômicos e políticos, combinados e potencializados pelos atores que entram em cena na política urbana, redefinem as novas relações entre o capital imobiliário e financeiro e o Estado” (SANCHEZ, 2011, p.43). Nessa perspectiva, Gottdiener diz que, “negócios, finanças e governo, em todos os níveis, convergem para o espaço urbano a fim de alterá-lo ou transformá-lo, pois na maioria dos casos as frações do capital o exigem, o setor da propriedade o produz, e o governo considerou proveitoso fazê-lo (GOTTDIENER, 2010, p. 76).

Portanto, Corrêa alega que: “o poder político e econômico de que as corporações dispõem garante-lhes importante papel como agentes da gestão do território a partir de práticas espaciais por elas engendradas” (CORRÊA, 1992; 1999, p.43). Contudo, percebe-se que o capital exige do Estado que seja ausente em virtude as obras a dispor da infraestrutura facilitadora de novas estratégias do capital, para Harvey (2005):

A produção e troca capitalista são inerentemente “anárquicas”. Os indivíduos, todos em busca de seus interesses privados, não podem levar em consideração “o

interesse comum”, mesmo o da classe capitalista, em suas ações. [...] O Estado também deve desempenhar um papel importante no provimento de “bens públicos” e infraestruturas sociais e físicas; pré requisitos necessários para a produção e troca capitalista, mas os quais nenhum capitalista individual acharia possível prover com lucro. [...] A intervenção do Estado é necessária, pois um sistema com base no interesse próprio e na competição não é capaz de expressar o interesse de classe no coletivo (HARVEY, 2005, p.85).

Já para Ueda (2006):

[...] o Estado deixa de realizar investimentos em importantes áreas, passando a gerenciar apenas alguns serviços. Ele passa a atuar somente como um órgão regulador e provedor de bens e serviços básicos. Essa política vai gerar um efeito cascata, afetando os diferentes níveis sociais e, conseqüentemente, provocando o aumento da violência e da insegurança (UEDA, 2006, p.235).

Em relação à habitação, são diversos os investimentos em grandes resorts, complexos habitacionais, condomínios de luxo que buscam localizar-se descentralizadamente, contudo oferece todos os serviços que porventura a população que reside irá requerer, ocorrendo uma nova dinâmica da organização espacial, “A partir do momento que a população de maior poder aquisitivo migra rumo às periferias das cidades, provoca uma dispersão não só em termos de arranjo espacial, mas também das atividades comerciais” (UEDA, 2006, p. 237). Por outro lado, a atuação desigual dos agentes promotores de capital imobiliário gera instabilidade na dinâmica espacial, Corrêa assevera que:

A atuação espacial dos promotores se faz de modo desigual criando e reforçando a segregação residencial que caracteriza a cidade capitalista. E, na medida em que os outros setores do espaço produzem conjuntos habitacionais populares, a segregação é ratificada (CORRÊA,1989, p.3).

Já referente a parte da população “marginalizada” considerada como “mazela social”, cabe a estes habitar as zonas desfavorecidas, ambientalmente impróprias para habitação por oferecerem riscos a vida dos moradores como exemplo os morros, encostas, margem de rios.

A parcela de menor poder aquisitivo da sociedade restam às áreas centrais, deterioradas e abandonadas pelas primeiras, ou ainda a periferia, logicamente não a arborizada, mas aquela em que os terrenos são mais baratos, devido à ausência de infraestrutura, à distância das “zonas privilegiadas” da cidade, onde há possibilidade da autoconstrução - da casa realizada em mutirão (CARLOS, 2007, p.48).

E nesse sentido Corrêa (2000, p.29) nos traz os motivos pelos quais grande parte da população habita nessas zonas desfavorecidas.

A habitação é um desses bens cujo acesso é seletivo: parcela enorme da população não tem acesso, quer dizer, não possui renda para pagar o aluguel de uma habitação decente, muito menos, comprar um imóvel. Este é um dos mais significativos sintomas de exclusão que, no entanto, não ocorre isoladamente: correlatos a ela

estão a subnutrição, as doenças, o baixo nível de escolaridade, o desemprego ou o subemprego e mesmo o emprego mal remunerado (CORRÊA, 2000, p.29).

Essas variáveis socioeconômicas que circundam os modelos das cidades no Brasil, especificamente parte do sistema econômico em que se enquadra o país, como nos afirma Ueda (2006, p.235):

O modelo imposto pelas políticas neoliberais caracterizadas pela globalização da economia e pela reestruturação das relações sociais provocou o que Svampa (2004) chama de brecha social, ou seja, uma ruptura social, onde temos, de um lado, um conjunto reduzido de “ganhadores” que consegue adequar-se ao modelo econômico vigente e, de outro, um conjunto de “perdedores” excluídos do processo. O resultado é então, a enorme distância entre as diferentes classes sociais” (UEDA, 2006, p.235).

O direito à moradia está previsto na Constituição Federal desde 1988 como Direitos Fundamentais a Dignidade Humana, por meio da Emenda Constitucional nº 26-00 no Art 6: “São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição” (CF 1988). Muito embora a produção do espaço se revela como ação humana na pluralidade de agentes que atuam nas novas dinâmicas do espaço, partindo de ‘leis’ e normativas peculiares e próprias, numa homogeneidade complexa de negociações entre estado e capital privado, que dificilmente é visível a sociedade total. A um pesquisador é quase impossível identificar o processo de bastidor envolvido na parceria Estado-empresários (GOTTDIENER, 2010, p.72), devido à pouca transparência nas decisões e ações de ambas. Exemplificando, Santos observa que: "nos loteamentos periféricos, moradores pobres, empreendedores imobiliários e funcionários e políticos municipais desenvolveram entre si complexos códigos de interação e entendimento" (SANTOS, 2009, p. 86).

### 3 METODOLOGIA

#### 3.1. Caracterização da área de estudo

O presente trabalho tem por escopo refletir acerca da produção do espaço e o processo de organização espacial no entorno do açude de Bodocongó, localizado na área urbana do município de Campina Grande/PB, na mesorregião do Agreste Paraibano, zona oriental do Planalto da Borborema, na bacia do Médio Paraíba; com latitude sul de 07° 13' 50" e longitude oeste de 35° 52' 52".

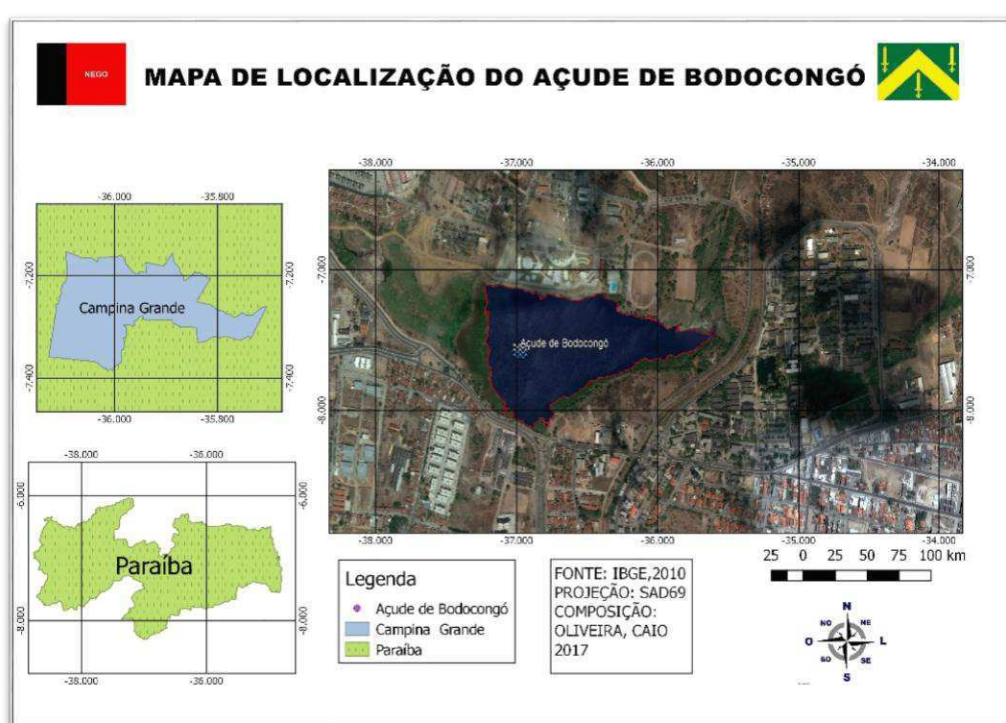


Fig. 01: Mapa de Localização do Açude de Bodocongó. Fonte: Própria.

O nome Bodocongó é referente a “águas que queimas”, de origem cariri, que posteriormente seria associado ao teor de salinidade do riacho que abasteceria a população, tornando-se impróprio ao uso humano, a área até então rural, se transformaria em bairro industrial devido ao acelerado crescimento econômico devido a era do algodão (MEDEIROS, 2017). Já quanto a construção do açude,

A obra durou todo o ano de 1916, de intenso trabalho na remoção de pedras, com explosão de outras, usando-se 150 trabalhadores, em que mais da metade era de ‘flagelados’ (não concordo com este termo; pois seca não é castigo, flagelo, discurso religioso). O documento (hoje, do acervo DNOCS) traz toda descrição da construção, das obras de engenharia, plantas baixas, a demarcação da bacia

hidrográfica e hidráulica (calculava-se em 90.000 m<sup>2</sup>), constituída, então de nove córregos e dois riachos. Preços/custos, diárias, e a economia que se fizera usando material local, para não se gastar cimento, já que era importado; o Brasil, praticamente, não o produzia. E o que é também importante, traz a cartografia (em tamanho reduzido) do sítios desapropriados por 10 contos de réis e os nomes de seus proprietários: Franklin Clemente de Araújo, Salvino Gonçalves de Souza Figueiredo, José Baptista Flor, Manoel Ildefonso de Oliveira Azevedo, José Ferreira de Queiroga (Queiroz, na planta), Joaquim Monteiro da Silva, Joaquim Gomes da Silva e as irmãs, Carlota, Ângela, Maria e Joana Rozalino de Araújo. (MELO, 2017. Disponível em: <http://cgretalhos.blogspot.com.br>)

Em 10 de fevereiro de 1917, o engenheiro civil, Dr. José Pires do Rio (que se tornaria Ministro da Viação e Obras Públicas de Epitácio Pessoa) veio inspecionar a obra acabada e a inaugura (RODRIGUES DO Ó, 2011).

### *3.2 Procedimentos metodológicos*

O trabalho trata-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa, de historiografia intraurbana com a utilização de iconografia para levantar o processo de (re)produção do espaço do Açude de Bodocongó, que consistindo inicialmente de um levantamento bibliográfico e, em seguida, captura de imagens. Cervo e Bervian (1985, p.55) apud Raupp et al. (2003) conceituam a pesquisa bibliográfica como aquela que:

Explica um problema a partir de referenciais teóricos publicados em documentos. Pode ser realizada independentemente ou como parte da pesquisa descritiva ou experimental. Ambos os casos buscam conhecer e analisar as contribuições culturais ou científicas do passado existentes sobre um determinado assunto, tema ou problema (CERVO e BERVIAN 1985, p.55 apud RAUPP et al 2003).

No que tange à pesquisa qualitativa Richardson (1999, p.80) apud Raupp et al. (2003) afirma que “os estudos que empregam uma metodologia qualitativa podem descrever a complexidade de determinado problema, analisar a interação de certas variáveis, compreender e classificar processos dinâmicos vividos por grupos sociais”.

Sob análise espacial tem-se a construção do materialismo histórico, que considera o espaço geográfico como expressão da sociedade, e seu arranjo indica o modo de socialização da natureza, sendo assim a transformação da história natural em história dos homens;

No materialismo histórico, a totalidade é indicada pelo movimento do modo de produção (no seu processo de produção e reprodução) e sua efetivação sob diferentes formações econômico- sociais. Um arranjo espacial, portanto, deve ser investigado na sua construção e reestruturação enquanto expressão da reprodução das relações sociais (SUERTEGARAY, 2005, p. 28)



A análise bibliográfica se pautou em livros, artigos e sites com dados históricos sobre o Açude de Bodocongó, Campina Grande-PB. Dentre as obras utilizadas vale destacar: Corrêa (1999, 2000); Harvey (2005); Bajaras (2006); Medeiros et al. (2012); Lima e Tuma (2013); Ueda (2016); Bernardo et al. (2016); e Queiroz (2016), ainda, foi realizada uma análise espacial que resultou em registros fotográficos.

## **4. RESULTADOS E DISCUSSÃO**

### **4.1 O Açude de Bodocongó antes e hoje: análise da dinâmica espaço temporal**

As cidades representam o espaço em constante ebulição, ou seja, modificação constante e crescimento progressivo - aspectos físicos, sociais, econômicos, políticos e etc. O planejamento urbano busca o desenvolvimento, Souza (2003, p.93) diz que “o desenvolvimento que importa não é ou deve ser meramente econômico, mas sim sócio espacial”. O grande desafio da organização espacial do meio urbano atualmente é a habitação e condições de vida sustentáveis, visto que o processo de urbanização, por vezes, se configura como rápido e desordenado. Para Ferreira (2000):

A informalidade urbana diz respeito à inadequação físico-constructiva da habitação e/ou geomorfológica/ambiental do entorno (construções precárias, terrenos em áreas de risco ou de preservação ambiental, área útil insuficiente para o número de moradores, etc.), à ausência de infra-estrutura urbana (saneamento, água tratada, luz, acessibilidade viária, etc.), ou ainda à ilegalidade da posse da terra ou do contrato de uso. [...] Outra característica da urbanização desigual é o exagerado ritmo de crescimento das periferias pobres em relação aos centros urbanizados. (FERREIRA, 2000, p.13 - 14).

Como já supracitado, são diversos os agentes responsáveis por este crescimento que visa ao desenvolvimento urbano, muito embora a responsabilidade social em espaços de expansão urbana seja fragmentada e inadimplente:

O princípio básico da distribuição de responsabilidades e custos entre setor público e setor privado fica comprometido, e o investimento revela-se como o contrário do que afirma ser: a priorização de obras concentradoras de renda não “prioritárias”, localizadas em áreas de interesse de expansão do capital imobiliário, em detrimento de outros investimentos em regiões da cidade menos privilegiadas (SANCHEZ, 2011, p.43-44).

No município de Campina Grande não seria diferente, e se tratando do acelerado crescimento urbano da cidade, as obras devem atender a princípios e normas previamente elaborados. Na Lei Complementar nº 003/2009 (mais conhecido como Plano Diretor),

apresentam-se as seguintes orientações, no Art. 10 que faz alusão a obrigação do poder público no espaço urbano:

Art. 10. A gestão urbana do Município de Campina Grande tem os seguintes objetivos gerais: I – ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana, garantindo o direito à cidade sustentável, nele abrangido o direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infraestrutura urbana, ao transporte e aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer, para as presentes e futuras gerações; II – reconhecer a diversidade espacial como elemento da paisagem do Município de Campina Grande; III – ampliar os espaços públicos e reconhecer sua importância como áreas essenciais para a expressão da vida coletiva; IV – manter e ampliar os programas de preservação do patrimônio natural e construído e incentivar a sua conservação e manutenção; V – promover e garantir o direito à moradia digna, inclusive à regularização fundiária, através de programas e instrumentos adequados às populações de baixa renda; VI – promover o acesso às políticas públicas e aos equipamentos e serviços públicos; VII – definir intervenções urbanísticas com participação do setor privado; VIII – recuperar para a coletividade a valorização imobiliária decorrente dos investimentos públicos; IX – assegurar ampla mobilidade, melhorando a qualidade. (LEI COMPLEMENTAR Nº 003, DE 09 DE OUTUBRO DE 2006)

Em relação à habitação, serviços e qualidade de vida dos habitantes, o Art. 7º alega que:

Art. 7º A propriedade urbana e rural cumpre sua função social quando atende às exigências fundamentais de ordenação do Município expressas nesta Lei Complementar, assegurando o atendimento das necessidades dos cidadãos quanto à qualidade de vida, à justiça social e ao desenvolvimento das atividades econômicas, respeitadas as diretrizes previstas na legislação urbanística e quando for utilizada para: I – habitação, especialmente de interesse social; II – atividades econômicas geradoras de trabalho, emprego e renda; III – proteção e preservação do meio ambiente; IV – proteção e preservação do patrimônio histórico e cultural; V – equipamentos e serviços públicos; VI – usos e ocupações do solo compatíveis com a infraestrutura urbana disponível. (LEI COMPLEMENTAR Nº 003, DE 09 DE OUTUBRO DE 2006).

Percebe-se que foi de preocupação do poder público a questão de abastecimento – a mais relevante no semiárido – tanto para a população, quanto para a instalação de indústrias na cidade em desenvolvimento:

Na maioria das vezes, requerem iniciativas individuais de planejamento por parte do governo local, oferecem facilidades de local, condições de infraestrutura e incentivos variados, como reduções de impostos. Terra relativamente barata, acesso a estradas interestaduais e subsídios do governo local tornaram tais lugares altamente atraentes para os negócios no correr dos anos (GOTTDIENER, 2010, p. 252-253).

Contudo, uma das alternativas realizadas foi a construção de açudes nas zonas propícias a armazenamento pluvial e fluvial – com o crescimento do perímetro urbano esses açudes, atualmente, são encontrados e/ou identificados no centro da cidade (como é o caso do Açude Velho e o Açude Novo e no bairro de Bodocongó). O uso do solo ao entorno do Açude de Bodocongó e suas novas dinâmicas, é uma das características de que o município

apresentou crescimento desordenado e manejo ineficiente dos recursos existentes. Vladimir Chaves (2014), disserta acerca da construção e utilização do Açude de Bodocongó,

O Açude de Bodocongó, foi construído na gestão do então prefeito Cristiano Lauritzen. A construção teve início no ano de 1915, sendo inaugurado em 11 de fevereiro de 1917. Com a construção do açude, surgiram ao seu redor um curtume (Curtume Vilarim), uma fábrica têxtil (S/A Indústria Têxtil de Campina Grande) comandada durante anos por dois irmãos os senhores Ademar Veloso da Silveira e Agostinho Veloso da Silveira, um matadouro e, por fim, o bairro que recebeu o nome de Bodocongó por conta do riacho. Disponível em: <http://www.vladimirchaves.com.br/2014/06/depois-de-quase-um-seculo-da-sua.html?m=1>).

Reforçando a história popular do Açude, Araújo e Souza (2011) ressalva:

Segundo o Diário da Borborema, o açude seria concluído no dia 15 de janeiro de 1917, sendo entregue à população em 11 de fevereiro do mesmo ano. Porém, um grande problema foi logo constatado: a água era salobra. Toda a vultosa quantia investida foi de certa forma, jogada no limbo. Ironicamente, o açude caiu nas graças da cidade, tornando-se um ponto de lazer, inclusive com passeios de barcos. Ao seu redor começaram a surgir empresas, destacando-se o “Curtume Vilarim”, e o famoso Matadouro, além de servir de alicerce para o surgimento do célebre bairro”. (Disponível em: <http://cgretalhos.blogspot>)



**Fig. 02:** Açude de Bodocongó em 1921. Fonte: <http://1.bp.blogspot.com>.



**Fig. 03:** Açude de Bodocongô nos anos de 1970. Fonte: <http://3.bp.blogspot.com>.

Na época de construção do açude o poder público em massa se reúne para concluir a obra, e o prefeito Lauritzen, junto ao governo Federal, o Engenheiro Miguel Arrojado Lisboa (representante do atual DNOCS – Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, e os Conselhos Municipais (vereadores), quando solicita-se verba ao Governo federal no dia 19/07/1911 (RODRIGUES DO Ó, 2011). Ainda conta que:

Nos anos 50 do século passado, na sua margem paralela a BR, em frente ao então Curtume Antonio Villarim, numa casa rústica situada na prainha do açude, funcionava o nosso saudoso Clube Aquático de Campina Grande muito festivo e concorrido sobretudo nas matinais de finais de semana, quando prevalecia a prática do ski aquático com um grande número de lanchas e desportistas. (RODRIGUES DO Ó, 2011). DISPONÍVEL EM: <http://cgretalhos.blogspot.com.br>.



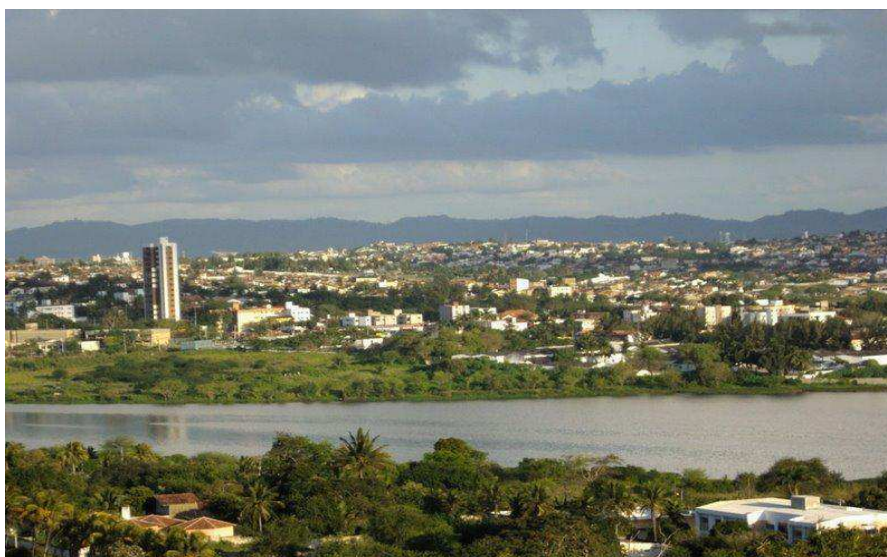
**Fig. 04:** A Fábrica de tecidos de Bodocongô trouxe notoriedade ao bairro, já que naquela época a industrialização ainda estava no início na cidade. Fonte: <http://4.bp.blogspot.com>



Como ilustração, a fábrica têxtil (acima), antes localizada à margem direita do Açude, e o clube aquático (inaugurado na década de 1950, aproximadamente em 1954/ 1955) que, sem dúvida eram os elementos que colaboram na expansão da do perímetro urbano e organização espacial da cidade, já que eram utilizados como geração de renda e lazer da sociedade, respectivamente.



**Fig. 05:** Açude visto da porção esquerda, junto ao prédio atual da UEPB (início séc. XX), construído para ser um hotel (1960 -1970). Fonte: Adriano Araújo e Emmanuel Sousa. Disponível em: <http://cgretalhos.blogspot.com.br>



**Fig. 06:** Atual dinâmica e organização espacial do açude. Fonte: Adriano Araújo e Emmanuel Sousa, Disponível em: <http://cgretalhos.blogspot.com.br/2009/09>.



**Figura 07:** Vista Parcial do Açude de Bodocongó em 1950. Imagem aérea da Década de 1950 com impressionante qualidade de definição, mostrando a Rua Aprígio Veloso, com a antiga Indústria Têxtil ladeada por residências que abrigavam alguns dos seus funcionários, com a tradicional "Igrejinha de Bodocongó" (Igreja de Nsa. Sra. do Perpétuo Socorro) à sua frente. Lembrando que a S.A. Indústria Têxtil funcionou onde era a Limoeiro Malharia, imóvel atualmente sendo utilizado pelo Governo do Estado; O bairro de Bodocongó era o antigo "Distrito Industrial" de Campina Grande. FONTE: Foto adquirida do sítio <http://cgretalhos.blogspot.com.br/>.

O Açude de Bodocongó não teve a finalidade para o que foi planejado, visto que a água armazenada era salinizada, portanto o abastecimento doméstico foi impossibilitado (CARVALHO et al., 2009), então outras atividades foram sendo desenvolvidas, principalmente de lazer ao seu entorno e mesmo em seu fluxo. A partir da percepção das dinâmicas contemporâneas, partindo da análise da paisagem, ao entorno do açude pode-se compreender alguns elementos que atuam na composição do espaço geográfico, partindo da prerrogativa que “através do estudo da paisagem é possível compreender a heterogeneidade e a dinâmica que se processa no espaço, se tornando possível a compreensão da existência simultânea de paisagens naturais e artificiais, fortemente alteradas” (SANTOS e OLIVEIRA, 2013, p.325).

A presença da Universidade Estadual da Paraíba (no tempo de inauguração do Açude ainda denominava-se Universidade Regional do Nordeste – URNE- 1989) caracteriza a localidade como centro de difusão de conhecimento. Atualmente o bairro de Bodocongó que surge junto ao começo da construção do açude – é reconhecido como bairro Universitário por comportar a Universidade Estadual da Paraíba (campus I, com o Centro de Educação Física às margens do Açude de Bodocongó), Universidade Federal de Campina Grande (Centro de Ciências Biológicas e Sociais – curso de medicina, enfermagem e psicologia) e a Escola Técnica Redentorista.

Na década de 1980 a área a margem direita do açude de Bodocongó começou a ser ocupada por famílias de baixo poder aquisitivo, que buscavam habitação e melhores condições de vida social, esse recorte espacial (representado pela imagem 7) atualmente denomina-se Vila dos Teimosos (as), ou Novo Bodocongó. Sobre esta localidade Ferreira e Araújo, asseveram que:

A ocupação da Vila dos Teimosos foi dada de maneira desordenada nos anos de 1980, como relatado pela maioria dos moradores da localidade, sem prévia programação para ocorrer, as pessoas que por ali se fixavam vinham em busca de moradia e melhores condições de vida. Deu-se a invasão, ocuparam o espaço e vigiaram para que outros não se apossassem e foram construindo aos poucos moradias, inicialmente de taipas, papelão, pedaços de varas e barro. Os moradores se ajudavam na construção das casas, portanto a união se tornou o fator mais importante para a efetiva ocupação do espaço. Com o passar do tempo a população residente sofreu com enchentes do açude, onde as casas foram inundadas, e eles tiveram auxílio de organizações que fornecem roupas, alimento entre outros produtos, e foram deslocados para o grupo escolar mais próximo (ARAÚJO e FERREIRA, 2014).

A parcela da população que reside, ainda hoje, nesse perímetro requer de pouco poder aquisitivo e suas habitações sofrem com inundações em período de chuva, inexistência de saneamento básico e serviços básicos, problemas de saúde (respiratório principalmente), violência etc.



**FIG. 08** : Avenida Juvêncio Arruda, um marco representativo da segregação: do lado direito a Vila dos Teimosos e ao lado esquerdo o Residencial Dona Lindu, que embora faça parte do Programa Minha Casa Minha Vida, dispõe em menos de 5 anos de serviços e políticas públicas o que o outro lado não conseguiu usufruir em 25 anos. Fonte: Própria, Out. 2017.

Ainda sobre ocupação do espaço por agentes sociais, no ano de 2010 foram iniciadas obras para o conjunto residencial Dona Lindu, de investimento originário do “Programa



Minha casa Minha Vida” do Governo Federal. Nada mais é do que as empresas imobiliárias especulando o solo urbano e comercializando moradias - comumente direcionado a camadas baixa renda da população, e nesse caso, a estudantes universitários que procuram a cidade de Campina Grande para ingressarem na universidades.

Essas residências apresentam algumas peculiaridades, como: tamanho medíocre, materiais de construção de baixa qualidade (conhecidos como populares) que se degradam com facilidade, localizadas em espaços periféricos urbanos etc., por outro lado, e devido a esses fatores, o valor dos imóveis e torna atrativo. No ano de 2015 a especulação imobiliária atinge a localidade, políticas públicas de segurança, mobilidade e saneamento básico agregam valor ao solo urbano e as propriedades. Essa nova estética do espaço produzido está intimamente ligada a relação Estado - Capital (empresários, líderes políticos etc.), e cria-se um cenário favorável ao crescimento econômico do município.



Fig. 09: Parte lateral do Residencial Dona Lindu. Fonte: Própria, Out. 2017

No ponto de vista espacial, o processo de extensão da cidade pelo capital imobiliário, política públicas -agentes de produção do espaço - agregado às indústrias vêm a consumir o espaços e modificar a morfologia deste, diferindo dos demais bairros, para Corrêa , “[...] a construção de bairros residenciais de expressivo *status* social e distantes do local onde a empresa industrial está instalada é prática bastante corrente, resultando na produção de espaços diferenciados na cidade” (2011, p. 46). A diferenciação da construção da cidade, sob os estratos sociais, é uma produção coletiva, que se submete a interesses ideológicos e caracteriza a intencionalidade da representação hegemônica dessa metamorfose espacial.





Fig. 10: Delimitação do perímetro que consiste no uso do solo do entorno do Açude. Fonte: Google Maps, 2017.

O elemento que mais chama atenção no espaço geográfico do açude de Bodocongó é sem dúvida a construção do Parque Ecológico de Bodocongó, que faz parte do projeto de Revitalização e Urbanização do Açude. As medidas propostas, frente ao assoreamento, degradação e manejo inadequado da área de preservação permanente do curso do Açude foi a implantação do projeto paisagístico - plantio de mudas e gramíneas, drenagens pluviais, gestão de sistemas de abastecimento e esgotamento sanitário a população como um todo, além da construção de áreas de lazer, incentivo a promoção e prática de atividades desportivas e recreativas, exposições culturais etc - denominado de Parque de Bodocongó (SUPLAN, 2017)

Dentre as medidas propostas no projeto de requalificação está a contenção dos taludes em suas margens, implantação de projeto paisagístico através do plantio de diversas mudas e gramíneas ao longo das áreas de intervenção, construção de praças de esportes e cultura como incentivo e promoção a prática de esportes e atividades recreativas, execução de sistemas de drenagens pluviais e do sistema de esgotamento sanitário das comunidades nas áreas do entorno, visando o disciplinamento das contribuições oriundas do entorno do açude, além de várias outras medidas que estão previstas.

O Governo do Estado está investindo R\$ 35 milhões nas obras de urbanização do Açude de Bodocongó, em Campina Grande. O projeto inclui calçadas, ciclovias e contenção de taludes ao longo da sua orla para interligar as praças, além de incentivar e promover a prática de esportes. O parque terá também sistema de esgotamento sanitário da comunidade Vila dos Teimosos e áreas do entorno; sistema de iluminação pública no entorno do açude e nas praças a serem

implantadas; além de estacionamentos junto às praças. Toda a área terá 10 quadras esportivas, sete quiosques para lanches, quatro quiosques sanitários; um playground, uma pista de skate, um anfiteatro, além de um restaurante e um quiosque para a administração do parque. (Disponível no site: ClickPB.com.br. publicado em 09/12/2015).

O projeto passou por um processo de elaboração, e a seguir, observa-se o croqui do que seria o resultado esperado.



**Fig. 11:** Croqui do Projeto de Urbanização do Açude de Bodocongó.  
Fonte: <http://paraiba.pb.gov.br>.



**Figura 12:** Croqui do Projeto de Urbanização do Açude de Bodocongó.  
Fonte: <http://paraiba.pb.gov.br>.

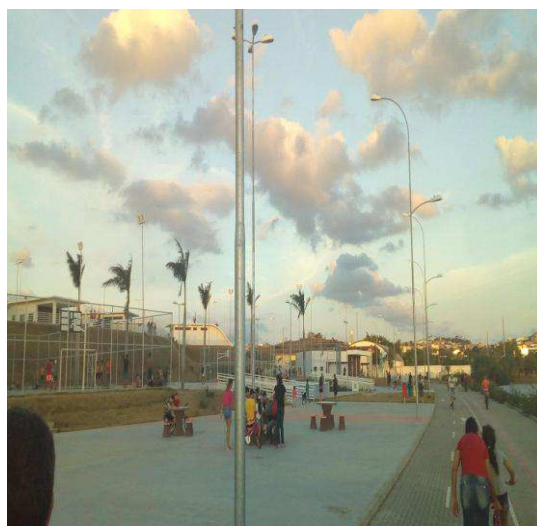
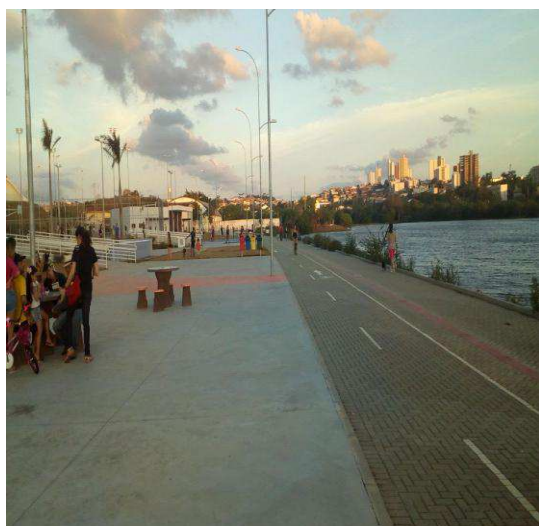
Sobre a inauguração do que foi realizado do projeto inicial,

As obras do Parque Bodocongó, fazem parte de um projeto de urbanização do entorno do açude localizado na Zona Oeste de Campina Grande. De acordo com o Governo do Estado foram investidos aproximadamente R\$ 40 milhões, por meio de uma parceria entre os Governos Estadual e Federal, sendo que nesta primeira etapa foram investidos na ordem R\$ 27,8 milhões. A obra contempla calçadas,

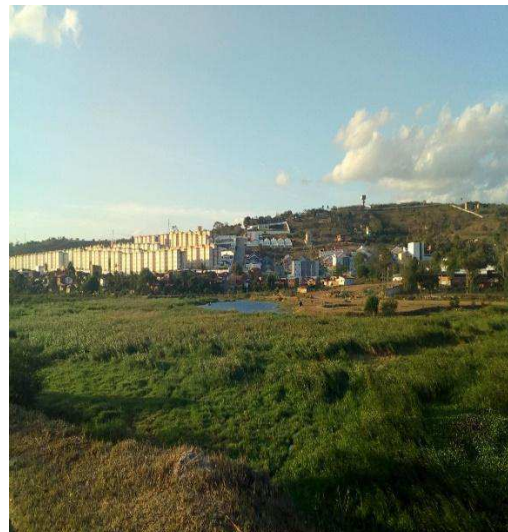
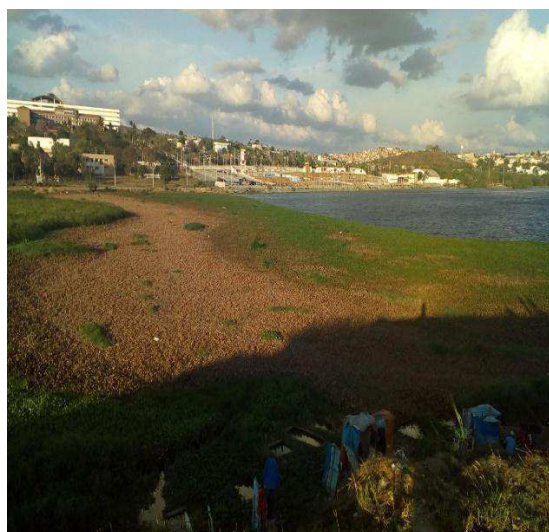


ciclovias, estacionamentos, quiosques de alimentação, quadras poliesportivas, um anfiteatro com capacidade para 450 pessoas, espelho d'água, pista de skate, área de Patinação, UPS e 2 quiosques com banheiros Públicos; Além disso um Largo de Acesso e da Praça Infantil/Idosos e academia de ginástica pública. A Unidade de Polícia Solidária (UPS), que também foi inaugurada contará com um efetivo de 34 policiais, sob o comando do aspirante Souza Silva, duas viaturas, além de uma Força Tática e um trio da Rotam, que vão reforçar a segurança na área. O projeto original da obra contempla ainda, até a sua conclusão total, o parque mais 1 espelho d'água, mais 4 quiosques de alimentação, mais 2 quiosques com baterias de banheiros e mais uma quadra de areia. (Governo do Estado. 2017, <http://paraiba.pb.gov.br>).

Em análise na localidade das novas dinâmicas produzidas no espaço geográfico do Açude de Bodocongó, nota-se que o uso do Parque Ecológico proporcionou mais uma área de lazer para a população local, com rica diversidade de utilizações do espaço.



**Figuras 13 e14:** Parque Ecológico de Bodocongó, como área de lazer. Fonte: Própria, nov.2017.



**Fig 14:** representa a margem esquerda do açude, com acomodações de pecadores, que obtém renda no local; **Fig.15:** Percepção da área urbanizada do entorno do açude, visto pelo outro lado. FONTE: Própria, Out. 2017.

Nota-se que dinâmica estabelecida na nova conjuntura do espaço urbano em Bodocongó apresenta uma roupagem diferenciada, com maior interação social e relação entre os agentes atuantes na organização espacial, contudo, questões socioeconômicas e geoambientais; impactos da construção em área de preservação permanente, por exemplo, ainda são entraves ao bom funcionamento da produção desse espaço.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A análise da expansão de áreas urbanas do açude, permitiu avaliar a dinâmica da ocupação antrópica, tanto a nível espacial como temporal, consolidando-se como metodologias imprescindíveis ao planejamento. O entorno do açude de Bodocongó, idealizado como estratégia para abastecimento da cidade de Campina Grande/PB, posteriormente modifica sua finalidade, ganhando novos valores a população, como espaço de lazer e local de desenvolvimento acadêmico científico com a presença das duas principais Universidades do estado. Com o tempo a ocupação dessa área foi influenciada pela parcela da população menos favorecida, habitando área de preservação permanente, vulnerável a riscos geoambientais, e nos últimos 10 anos, o capital imobiliário (programas habitacionais do governo) investe na área, com edificações voltadas a financiamentos a estudantes e população de classe baixa em ascensão e média. Afim de exercer políticas públicas, o governo do estado conclui parte da obra de urbanização do açude, com instalações de lazer a população, contando com iluminação e policiamento local em horário comercial.

De forma geral, pode-se concluir que os maiores agentes da (re)organização espacial – na sociedade capitalista – vêm a ser o capital e o Estado, logo que não influenciam em mesma escala espaço-temporal, nem uniformemente. Ações baseadas em inúmeras estratégias econômicas, políticas, ideológicas e sociais, que quando consolidadas se faz um reflexo da sociedade como um todo, irão dinamizar o processo de transformação e resultados. A pesquisa obteve resultado em relação a observação das novas dinâmicas do espaço geográfico estudado e emprego das políticas públicas voltados a (re)produção da organização espacial favorecendo a população local e do município, visto que a ação do

Estado existe para facilitar o investimento de capital na área. Para pesquisas posteriores, se faz interessante o levantamento de dados que mensurem a percepção dos habitantes a esse fenômeno, e perceber se as ações realizadas estão, de fato, representando a população ou o sistema.

## REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, Adriano; SOUZA, Emmanuel. **Retalhos históricos**. (2011) Disponível em: [cgretalhos.Blogspot](http://cgretalhos.blogspot)
- ARAÚJO, H.M.C.; FERREIRA, J.F. **A geografia do risco na análise e perspectiva de uma gestão e planejamento urbano em espaços socioeconomicamente marginalizados: Vila dos Teimosos, Campina Grande/ PB**. Congresso Brasileiro de Geógrafos, 2014. Disponível: [http://www.cbg2014.agb.org.br/resources/anais/1/1404333679\\_ARQUIVO\\_ArtigoCientificoCBG.pdf](http://www.cbg2014.agb.org.br/resources/anais/1/1404333679_ARQUIVO_ArtigoCientificoCBG.pdf)
- BERNARDO, Alynne Pontes; FERREIRA, Alcileide Moura Muniz; BEZERRA, Ivanhoé Soares. **Avaliação das medidas de requalificação ambiental do açude de Bodocongó em Campina Grande/PB**. Revista Ambiental, v. 1, n. 3, p. 46-55, 2016.
- BRASIL, República Federativa do. **Constituição Federal de 1988**.
- CABRALES BAJARAS, Luis Felipe. “Tendencias recientes de las urbanizaciones cerradas y polarizacion residencial en Guadalajara”. In: \_ **“Cidades Médias: produção do espaço urbano e regional”**. SPOSITO, Eliseu Severio.; SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão.; SOBARZO, Oscar. São Paulo, Expressão Popular. 2006.
- CARLOS, Ana Fani Alessandri. **“A cidade”**. 8.Ed. São Paulo: Contexto, 2007.
- \_\_\_\_\_, Da “organização” à “produção” do espaço no movimento do pensamento geográfico. In: CARLOS, A.F.A; SOUZA, M.L; SPOSITO, M.E.B. (Orgs). **A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios**. São Paulo: Contexto, 2011.
- CORRÊA, Roberto Lobato. Globalização e reestruturação da rede urbana: uma nota sobre as pequenas cidades. **Território, Rio de Janeiro**, v. 4, n. 6, p. 41-53, 1989.
- \_\_\_\_\_, O Espaço Urbano. São Paulo: Ática. 2008.
- CARVALHO, A. de P. et al. **Estudo da degradação ambiental do açude de Bodocongó em Campina Grande – PB**. In: Engenharia Ambiental. V. 6, n. 2, p. 293-305. Espírito Santo do Pinhal: mai/ago. 2009. Disponível em: [file:///C:/Users/Leide/Downloads/EA-2009-220%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/Leide/Downloads/EA-2009-220%20(1).pdf). Acesso em: 04/11/2017.
- CASTRO, Iná Elias; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato. **“Geografia: Conceitos e temas**. 16ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014. 352p.

CHAVES, Vladimir. **Após um século de inauguração o Açude de Bodocongó será urbano**. 2014. Disponível: <http://www.vladimirchaves.com.br /2014/06/ depois-de-quase-um-seculo-da-sua.html?m=1>

FERREIRA, Joana d'Arc; ARAÚJO, H.M.C. **A Geografia Do Risco Na Análise E Perspectiva De Uma Gestão E Planejamento Urbano Em Espaços Socioeconomicamente Marginalizados: Vila Dos Teimosos, Campina Grande/ Pb**. Vitória: Congresso Brasileiro de Geógrafos, 2014.

FERREIRA, João Sette Whitaker. Globalização e urbanização subdesenvolvida. **São Paulo em perspectiva**, v. 14, n. 4, p. 10-20, 2000.

FURLANETTO, D. A.; Cruz, J. M.; ALMEIDA, R. S. de. **Promoção Imobiliária e espaço residencial da classe média na periferia metropolitana do Rio de Janeiro**. Revista Brasileira de Geografia, 49 (2), 1987, p.27-56.

GOTTDIENER, Mark. A produção social do espaço Urbano. EDUSP: São Paulo. 2010.

HARVEY, David. **“A produção Capitalista do espaço”**. São Paulo: Annablume, 2005. 252p.

LEFEBVRE, H. La production de L'Espace. Paris, Anthrospos, 1974.

\_\_\_\_\_, Henri. **A Revolução Urbana**. Editora UFMG, 1999. 3<sup>o</sup>ed. 2008

\_\_\_\_\_, Henri. **A produção do espaço**. Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (do original: La production de l'espace. 4e éd. Paris: Éditions Anthropos, 2000). Primeira versão: início - fev.2006

LIMA, Josilene Pereira.; TUMA, Lanusse Salim Rocha. “Geoprocessamento aplicados ao Cadastro Urbano como subsídio ao planejamento municipal de João Pessoa/PB”. In\_ **“Geografia e território: Planejamento urbano, rural e ambiental”**. ARRUDA, Luciene Vieira de.; NETO, Belarmino Mariano. João Pessoa: Ideia. 2013.

MEDEIROS, M. C. S.; SILVA, J. A. L.; FREITAS, J. P. **Diagnóstico das vulnerabilidades do açude de Bodocongó a partir da percepção dos atores sociais**. POLÊM! CA, v. 11, n. 4, p. 717 a 724, 2012.

MEDEIROS, Eveline da Silva. **Bodocongó: Águas que queimam**. 2017. Disponível em: [cgretalhos.Blogspot](http://cgretalhos.blogspot)

MELO, Josemir Camelo. **Os 100 anos do Açude de Bodocongó**. 2017. Disponível em: [cgretalhos.Blogspot](http://cgretalhos.blogspot)

MIRANDA, Danilla Mikelly Marcelino de. Educar para proteger: conhecer e preservar através da educação Patrimonial. 2013.

PLANO DIRETOR. LEI COMPLEMENTAR Nº 003, DE 09 DE OUTUBRO DE 2006. CAMPINA GRANDE/ PB

QUEIROZ, Ana Keli de et al. **Produção e apropriação espacial em Campina Grande: O empreendimento imobiliário residencial Major Veneziano I (2010-2015)**. 2016.

RAUPP, Fabiano Maury et al. **Metodologia da pesquisa aplicável às ciências sociais**. Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática, v. 3, p. 76-97, 2003.

RODRIGUES DO Ó, 2011. **Dragagem, revitalização e urbanismo**. DISPONÍVEL EM: <http://cgretalhos.blogspot.com.br>

SÁNCHEZ, Fernanda et al. Produção de sentido e produção de espaço: convergências discursivas nos grandes projetos urbanos. **Revista Paranaense de Desenvolvimento-RPD**, n. 107, p. 39-56, 2011.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado**. 6 ed. São Paulo: Edusp, 2014.

SANTOS, Rebeqa Amaro dos.; OLIVEIRA, Aldo Gonçalves. “Turismo e paisagem no litoral nore da Paraíba: Um estudo sobre os impactos provocados pela atividade turística nas paisagens no município da Baía da Traição”. In: \_ **“Geografia e território: Planejamento urbano, rural e ambiental”**. ARRUDA, Luciene Vieira de.; NETO, Belarmino Mariano. João Pessoa: Ideia. 2013.

SILVA, Hilmaria Xavier da. Sensibilidades Urbanas: o lugar do lixo, do sujo e do limpo em Campina Grande (1947 A 1992). **MONÇÕES Revista do Curso de História da UFMS/CPCX**, v. 2, n. 3, 2015.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **ABC do desenvolvimento urbano**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

SUERTEGARAY, Dirce Maria Antunes. **Notas sobre Epistemologia da Geografia**. Cadernos Geográficos, Univerisdade Federal de Santa Catarina. Centro de Filoofia e Ciências Humanas. Departamento de Geociências. Nº 12. Florianópolis: Imprensa Universitária. 2005. ISSN: 1519 – 4639.

UEDA, Vanda. “Loteamentos fechados e a produção do espaço urbano: algumas reflexões para debate”. In: \_ **“Cidades Médias: produção do espaço urbano e regional”**. SPOSITO, Eliseu Sevério.; SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão.; SOBARZO, Oscar. São Paulo, Expressão Popular. 2006. p. 235-241.

Disponível em: [ClickPB.com.br](http://ClickPB.com.br). Publicado em 09/12/2015.